

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

REGISTRO DE IMÓVEIS DE PASSO FUNDO

Alterada em: **13/07/2026**

Passa a vigorar em: **16/02/2023**

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados ou, simplesmente, “LGPD”) regula o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

A lei define o cidadão como titular de seus dados e, sob esse prisma, estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a sua coleta, processamento, armazenamento e exclusão, tanto nos meios digitais quanto físicos.

Por meio deste Manual de Política de Privacidade de Dados (o “Manual”), você tomará conhecimento das principais diretrizes, políticas, princípios, normas e compromissos do Registro de Imóveis de Passo Fundo, relativos à privacidade e segurança das informações fornecidas pelos usuários de seus serviços. Tudo com o objetivo de orientar sobre os tipos de dados tratados, a finalidade do tratamento e como o usuário poderá gerenciar seus dados pessoais.

O presente Manual é elaborado em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, com os Provimentos nºs 134/2022, 149/2023 e 213/2026, do Conselho Nacional de Justiça e com o Provimento nº 08/2023-CGJ/RS. Seu conteúdo deverá ser revisado sempre que se fizer necessário para adequação às normas legais ou administrativas; ou, ainda, em razão de alterações circunstanciais significativas, tais como inovações tecnológicas e adoção de boas práticas.

A garantia da segurança jurídica é um dos nossos valores mais importantes e a proteção dos dados pessoais é prioridade para nós.

2. DEFINIÇÕES

A fim de facilitar sua leitura e familiarização com os termos utilizados na LGPD empregados neste Manual ou encontrados em políticas de proteção em geral, apresentamos algumas definições úteis sobre o tema:

☐ **“Dado Pessoal”**: toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa, tais como nome, números de documentos, endereços, etc.

☐ **“Dado Pessoal Sensível”**: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde ou orientação sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



REGISTRO DE IMÓVEIS
Passo Fundo

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo

Oficial

☐ **“Titular de Dados Pessoais”** (“Titular”, “Usuário”, “Você”): pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento; titular de dados pessoais que acessa a plataforma do Cartório.

☐ **“Plataforma”**: o site www.ripf.com.br, de titularidade do Cartório.

☐ **“Tratamento de Dados Pessoais”** (“Tratamento”): É toda operação realizada com o dado pessoal, tais como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

☐ **“Controlador”**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que tem competência para tomar decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

☐ **“Operador”**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

☐ **“Autoridade Nacional de Proteção de Dados”** (“ANPD”): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.

☐ **“Encarregado” ou “DPO”** (*Data Protection Officer*): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

☐ **“Consentimento”**: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para determinada finalidade.

☐ **“Eliminação”**: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

☐ **“Terceiro”**: pessoa física ou jurídica, autoridade pública, agência ou organismo que não seja o titular dos dados, controlador, operador e pessoas que, sob a autoridade direta do controlador ou operador, estão autorizadas a tratar dados pessoais.

☐ **“Segurança dos Dados”**: medidas técnicas e administrativas aptas a proteger a segurança dos dados em seu tratamento.

☐ **“Cookies”**: arquivos salvos em seu computador, *tablet* ou telefone quando você visita um *site*. Usamos os cookies necessários para fazer o *site* funcionar da melhor forma possível e assim, oferecer serviços de qualidade. Alguns *cookies* são classificados como necessários e permitem a funcionalidade central, como segurança, gerenciamento de rede e acessibilidade. Esses *cookies* podem ser coletados e armazenados assim que você inicia sua navegação ou quando usa algum recurso que os requer.

3. PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO

Os dados coletados pelo Cartório, cadastrados em Plataforma, destinados a compor sua base de dados físicos ou eletrônicos, obtidos através do atendimento presencial, referem-se ao exercício das atribuições do Registro de Imóveis.

São utilizados para viabilizar a prática dos atos de ofício solicitados pelos usuários, em cumprimento das disposições legais e normativas aplicáveis.

O usuário que decidir fornecer seus dados pessoais, necessários à prática de qualquer serviço realizado pelo Cartório, está cientificado e concorda com os termos descritos na política de privacidade. Sua concordância é indispensável para utilização do *site* e dos serviços oferecidos pelo Registro de Imóveis.

4. COMPROMISSO

Esta política determina os seguintes compromissos:

- ☑ Respeito à privacidade dos titulares;
- ☑ Transparência em relação aos titulares sobre a necessidade de tratamento de seus dados pessoais, forma, duração e exatidão das informações;
- ☑ O tratamento dos dados deve atender a finalidades legítimas;
- ☑ Proteção aos dados pessoais dos titulares nos ambientes digitais e analógicos do Cartório;
- ☑ Limitação do tratamento de dados ao mínimo necessário para os procedimentos do Cartório;
- ☑ Impossibilidade de utilização do tratamento dos dados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

O tratamento dos dados pessoais pelo Cartório é realizado a partir de instrumentos legais específicos e adequado para cada uma das atribuições mencionadas no tópico anterior. Veja abaixo as principais normas aplicáveis:

- ☑ Lei nº 6.015/73
- ☑ Lei 8.935/94
- ☑ Lei 13.709/2018
- ☑ Provimento nº 50/2015 do CNJ
- ☑ Provimento nº 61/2017 do CNJ
- ☑ Provimento nº 88/2019 do CNJ
- ☑ Provimento nº 134/2022 do CNJ
- ☑ Provimento nº 149/2023 – CNJ que instituiu o Código Nacional de Normas – Foro Extrajudicial



REGISTRO DE IMÓVEIS
Passo Fundo

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo

Oficial

- ☑ Resolução nº 547/2024 – CNJ
- ☑ Provimento nº 174/2024-CNJ
- ☑ Provimento nº 185/2024-CNJ
- ☑ Provimento nº 213/2026- CNJ
- ☑ Provimento nº 08/2023 do CGJ/RS
- ☑ Consolidação Normativa Notarial e Registral do Estado do Rio Grande do Sul

Com referência aos requisitos autorizativos previstos na LGPD, a fundamentação para o tratamento pode ser assim relacionada:

- a) ao consentimento do usuário (art. 7º, inciso I da LGPD);
- b) ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c) quando necessário, à execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato de que seja parte o titular, a seu pedido (art. 7º, inciso V da LGPD);
- d) quando necessário a fim de atender a interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de deverem prevalecer direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção de seus dados pessoais (art. 7º, inciso IX da LGPD); e
- e) para proteção do crédito (art. 7º, inciso X da LGPD), de acordo com a Lei nº 9.492/97.

6. FINALIDADES DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais tem por finalidade a prestação dos serviços registrais ou, ainda, o exercício de direito, nos termos da legislação vigente.

A coleta de dados visa, ainda, atuar de forma eficaz e proporcionar melhorias na experiência dos usuários com os serviços oferecidos no site.

A maior parte desses dados é solicitada de maneira explícita por meio de formulários físicos ou eletrônicos. Esses dados serão utilizados exclusivamente para atender solicitações concernentes aos serviços prestados, de modo a agilizar e cumprir sua finalidade.

As análises estatísticas serão efetuadas para interpretar os padrões de utilização do site e serviços disponíveis, a fim de melhorar, de forma contínua, a prestação dos serviços. A informação estatística resultante não conterá qualquer identificação pessoal dos usuários.

Caso ocorram mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais, não compatíveis com o consentimento original, seu titular será informado previamente, garantido o direito de revogar o consentimento se discordar das alterações.

Para atender aos objetivos do Cartório, os dados pessoais serão tratados para:

- ☑ Registro no sistema de Ouvidoria por e-mail, telefone, ou correspondência destinados ao atendimento direto ao público, para pedido de informações, reclamações, elogios, sugestões, dentre outros;

- ☒ Comunicação aos destinatários sobre a necessidade de pagamento de emolumentos;
- ☒ Identificação e/ou autenticação pessoal, para o acesso aos serviços on-line;
- ☒ Comunicações por telefone ou endereço eletrônico, relativos ao andamento, pendências ou conclusão dos serviços solicitados ao Cartório através do *site*, por meio eletrônico ou no atendimento presencial.

7. TIPOS DE DADOS COLETADOS

O tratamento dos dados pessoais pelo Cartório é realizado sob bases legais específicas, adequadas, pertinentes e limitadas às finalidades mencionadas no tópico anterior.

Durante a utilização do site ou no atendimento presencial ou por meio eletrônico, o Cartório poderá coletar dados e informações de identificação para realização de cadastro em formulário próprio e para a finalidade a que se destina.

As informações e dados coletados podem ser assim relacionados e exemplificados:

- ☒ **Informações para a prática dos serviços extrajudiciais:** nome completo; CPF ou CNPJ; nacionalidade; estado civil, existência de união estável e filiação; profissão; endereço completo; endereço eletrônico (e-mail).
- ☒ **Informações de contato:** incluem qualquer tipo de dado de contato, como por exemplo, nome, endereço eletrônico, números de telefone.
- ☒ **Informações com base em Protocolo e Nota de Entrega:** incluem informações para identificar e autenticar em serviços fornecidos pelo Cartório – a ex: situação do título, etc.,.
- ☒ **Informações técnicas:** incluem informações sobre equipamentos computacionais ou dispositivos móveis, como registro do endereço IP utilizado para conectar seu computador ou dispositivo à *internet*, incluindo localização geográfica, tipo de sistema operacional e do navegador da *web*.
- ☒ **Informações demográficas:** incluem informações sobre dados demográficos, como data de nascimento, idade ou faixa etária, gênero, localização geográfica.
- ☒ **Informações sobre navegação no site e serviços:** incluem informações sobre as páginas e conteúdos do nosso *site* e outras informações estatísticas sobre suas interações, como prazos para resposta a conteúdo e duração do acesso, disponibilidade do serviço etc.
- ☒ **Informações financeiras e de pagamento:** quaisquer dos serviços prestados para atender a uma solicitação de pagamento, mediante coleta de dados financeiros e de pagamento para o seu processamento em conformidade com as leis, normas e os padrões de segurança aplicáveis para a prestação do serviço.

8. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS

A publicidade integra natureza da finalidade dos serviços registrais (art. 1º da Lei nº 8.935/94), na qual se inclui o dever de expedir certidões (Lei nº 8.935/94, Lei nº 6.015/73, Lei nº

9.492/97 e demais normas aplicáveis). A par dessa especificidade, as informações e dados pessoais podem ser compartilhados nas seguintes hipóteses:

- ☐ internamente, entre o pessoal autorizado dos serviços;
- ☐ para realização de serviços ou atos determinados em lei ou em normativas próprias, como por exemplo: expedição de certidões; envio de selo eletrônico; informação ao COAF ou à Receita Federal; CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens);
- ☐ para cumprimento de requisições de autoridades judiciais e administrativas;
- ☐ para integração com cartórios e centrais de serviços eletrônicos compartilhados dos institutos notariais e de registro, relativos aos serviços (por exemplo, ONR, SREI);
- ☐ para fins de atualização cadastral em virtude de mudanças de titularidade de imóveis (Prefeituras Municipais a que pertencem a esta circunscrição)
- ☐ na investigação de possíveis crimes, com as autoridades competentes;
- ☐ na contratação de serviços.

No que se refere ao compartilhamento, é assegurado que: (i) nenhum dado pessoal será cedido, gratuita ou comercialmente, a qualquer pessoa natural ou jurídica; (ii) exigimos de nossos prestadores de serviço a observância de regras compatíveis com esta política e com a legislação vigente em relação à proteção de dados pessoais.

9. DIREITOS DOS USUÁRIOS

- ☐ Requisitar a informação sobre seus dados tratados pelo Cartório, e como isso é feito.
- ☐ Solicitar acesso e confirmação sobre informações pessoais que mantivermos. Para isso, devemos precisar a identidade, após o que forneceremos relatório sobre as informações que estão em nosso poder.
- ☐ Revogar, modificar ou negar o seu consentimento a qualquer momento, exceto quanto aos dados utilizados por força de obrigação legal, regulatória ou legítimo interesse.
- ☐ Solicitar informação sobre eventual possibilidade de não conceder consentimento e sobre os efeitos e eventuais consequências negativas em cada caso.
- ☐ Requisitar a correção de informações, incompletas ou imprecisas, encontradas em nossa base de dados.
- ☐ Requisitar a anonimização, bloqueio ou a eliminação de dados que considere desnecessários à finalidade em que estão sendo utilizados, os considere excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- ☐ Requisitar que as informações sejam excluídas de nossos arquivos e sistemas quando não houver motivo para mantê-las.
- ☐ Requisitar informações a respeito do eventual compartilhamento de seus dados com instituições públicas ou privadas.

☑ Requisitar a exclusão de nossas listas de comunicação para deixar de receber nossas mensagens e e-mail, ciente de que isso poderá ocasionar dificuldade nas comunicações a respeito de andamento de registros ou outras providências.

Observações importantes:

- (i) No atendimento das solicitações acima relacionadas, eventualmente poderão ser solicitadas informações complementares para fins de comprovação da identidade, visando a segurança, a privacidade afim de prevenir fraudes.
- (ii) Quando aplicável, e se o usuário optar por excluir seus dados de sua base de dados, o Cartório poderá reter algum ou todos os dados pessoais, por períodos adicionais ou prazos, definidos e fundamentados em bases legais, que justifiquem a retenção, visando o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, o exercício regular de direitos ou para fins de auditoria de diversas naturezas.
- (iii) O encarregado entrará em contato com o usuário em até 48 horas úteis, as solicitações serão respondidas em prazo razoável e em conformidade com a legislação aplicável.

10. SEGURANÇA DOS DADOS

Em conformidade com os princípios da LGPD e as boas práticas de segurança da informação e da proteção de dados pessoais, o Cartório assegura que os dados pessoais coletados são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões e normas técnicas e administrativas de segurança da informação, confidencialidade e integridade, pelo tempo necessário às finalidades para as quais foram coletados ou para atender requisitos legais aplicáveis.

O Cartório possui controle interno acerca do acesso às informações, efetuado por senha; todos os procedimentos executados por seus colaboradores são documentados. Sua equipe é permanentemente treinada para o uso adequado e seguro das ferramentas disponíveis.

Os dados pessoais tratados pelo Cartório são considerados sigilosos e são acessados apenas por pessoas autorizadas e capacitadas para conferir-lhes o tratamento adequado, conforme medidas de segurança adequadas à proteção contra acessos não autorizados, alteração, divulgação ou destruição indevida de dados pessoais coletados e armazenados.

Conforme previsto na legislação, as medidas de segurança utilizadas consideram a natureza dos dados e de seu tratamento, os riscos envolvidos, a tecnologia existente e sua disponibilidade. No entanto, é preciso ter presente que nenhum sistema é completamente seguro.

É importante observar que o site do Cartório oferece acesso a *links* de outros sites cujos conteúdos e políticas de privacidade não são de sua responsabilidade.

11. INCIDENTE DE SEGURANÇA DOS DADOS

Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, as medidas necessárias serão tomadas em conformidade com a natureza e a extensão dos riscos envolvidos. As

comunicações contendo a descrição dos riscos, titulares envolvidos e medidas técnicas e de segurança adotadas para o tratamento do incidente serão efetuadas conforme a legislação e demais normas aplicáveis.

12. CONTATO COM O CONTROLADOR

Qualquer incidente em relação aos dados pessoais que forem utilizados de maneira incompatível com esta Política de Proteção deverá ser comunicado ao controlador Dr. Luiz Juarez Nogueira de Azevedo.

13. ATUALIZAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Manual de Política de Proteção de Dados poderá sofrer alterações, especialmente se sobrevierem novas recomendações ou determinações legais ou administrativas pelos órgãos competentes.

O Cartório também poderá atualizar esta Política sempre que incorporadas novas funcionalidades e serviços, visando proporcionar melhorias na experiência dos usuários.

As atualizações serão feitas mediante a publicação da nova versão e identificação da data da última atualização, a partir da qual serão imediatamente válidas e aplicáveis.

As mudanças significativas sempre serão comunicadas, mas também se recomenda que este documento seja revisitado com alguma periodicidade para permitir constante atualização sobre eventuais mudanças.